



Na abertura do Seminário Internacional:

TRANSIÇÃO BRASILEIRA EXALTADA POR ALUÍZIO

1º
PRESIDENCIALISMO
PARLAMENTARISMO
Dia

O primeiro dia do "Seminário Internacional sobre Formas de Governo: Presidencialismo e Parlamentarismo", realizado no Auditório Portel-

la do Congresso Nacional, o Ministro Aluizio Alves, na presença de

uma audiência formada por parlamentares, professores, estudantes universitários, jornalistas, intelectuais e representantes dos vários setores da administração pública, exortou sobretudo os convidados internacionais do evento a analisarem o vigor da transição democrática brasileira. Uma transição pacífica, com uma Constituinte funcionando, "com a presença de todas as tendências ideológicas e doutrinárias". Destacando as personalidades de Gilberto Amado e Teotônio Vilela,

Aluizio fez um contraponto sobre o passado e o presente das lutas pela redemocratização do País, que tiveram em Tancredo Neves um último marco de avanço, continuado pela "fidelidade do Presidente Sarney aos compromissos da Aliança Democrática". O ministro Aluizio Alves lembrou, sobretudo, que a Constituinte "precisa ser o grande salto para o Brasil chegar, através dela, ao grande compromisso nacional da Democracia".



Permitam-me relembrar aqui, nesta manhã, dois homens que iluminaram este Congresso com o seu talento e seu amor à Nação Gilberto Amado, cujo centenário se comemora este mês, jornalista, parlamentar e extraordinário pensador que viu o Brasil de hoje 70 anos atrás, assim escrevia em 1914: o Brasil é, paradoxalmente, um país novo povoado de ruínas. Nossa História é feita em saltos. É o regime da inseqüência. É uma série de esforços arquejantes que não se conjugam, não se integram num conjunto. Não conhecemos a marcha continuada, o lento ascender do passo firme. Vivemos sempre a recommençar” .

E Teotônio Vilela, senador, apóstolo da redemocratização, dizia em 1977, dez anos atrás, com a sagrada ira dos Profetas:

— “Estamos nos perdendo nos subúrbios da política. Estamos desviando o País do fundamental, que é a institucionalização. O essencial é uma nova Constituição, jurada por todos, Governo e povo. Diversionismos não interessam. O que temos de discutir, é o regime. Este é o assunto”.

A Constituinte é um recomeço. E repensar, reescrever, reordenar e reestruturar a Nação. É o apego ao fundamental e ao essencial. É a institucionalização do País. Nesta hora, é preciso ter a lucidez de fugir das inseqüências e a audácia de denunciar os diversionismos.

O medo das transformações sempre afeta todos os povos: nas horas de crise, de mudanças, quando os ventos da História sopram forçando o abrir das portas do amanhã, aparecem aqueles que têm medo das transformações sociais e, como não têm coragem de enfrentar a Nação para negá-las, tentam distraí-la para evitá-las.

CONSTITUIÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

Os meios de comunicação estão cheios, todos os dias, de inseqüências, de diversionismos, de propostas secundárias para esconderem o principal. A Constituinte é o grande pacto. É o grande contrato social. É o grande compromisso entre o real e o possível, o que se quer e o que se

deve e pode querer. Sobre ela é que o País vai crescer, caminhar, avançar. Seria um crime contra o futuro da Nação desviá-la agora de sua tarefa básica, que é dar ao Brasil um regime político, econômico e social que seja o espelho de nosso tempo e o retrato de nosso povo.

Esta será uma Constituição para o século XXI. Um edifício social permanente. Não poderá ser confundida com uma choupana que o vento leve. Não poderá ser vulnerada por conjunturas, mutilada por imediatismos, aleijada pelos projetos dos que exercem agora ou dos que pretendem ser chamados depois a exercer o poder. As constituições precisam ser comó as Tábuas da Lei, que Moisés recebeu, e estão aí até hoje, porque impessoais na medida do homem, escritas na sarça ardente do tempo e só vulneráveis ao fogo da História.

COMPROMISSO DA NOVA REPÚBLICA

A Constituinte foi o mais importante compromisso da Nova República. Este



“Seminário Internacional Sobre Formas de Governo: Presidencialismo e Parlamentarismo”, está sendo aberto, hoje, como uma contribuição a todo esse apaixonado debate nacional que mobiliza o País. A forma de Governo é o âmago de qualquer Constituição, porque é o alicerce básico da Nação. Sobre ele, assenta-se o Estado, instala-se o Governo.

Tornou-se hábito, porque cômodo, e divertimento, porque gratuito, cobrar da Nova República a solução de todos os erros dos últimos 20 anos de autoritarismo, e mais os da República de 46, às vezes até os da Revolução de 30. E mais erros houvesse mais se cobraria. Esquecem-se os cobradores, facilmente demais, das dores de antes, pelas quais tanto gemeram, quase sempre em vão.

A Nova República é uma experiência histórica única em nosso tempo. É um caminho político desbravado à custa de nossa imaginação, de nossa criatividade, ao preço de nossos erros e acertos, defeitos e virtudes.

AS CRISES DO SÉCULO

Evoquemos as crises políticas deste século a encerrar-se.

Não conseguimos substituir o Império sem recorrer à força militar.

A correção dos vícios da prática presidencialista, acumulados durante os pri-

meiros quarenta anos, se tentou fazer com a revolução de 1930, culminação de um processo militar iniciado em 1922, 1924 e 1926.

Tivemos que pagar o preço sangrento da Revolução Constitucionalista de São Paulo, para chegarmos à Constituição de 1934, rasgada por um golpe militar em 1937, que nos mergulhou, durante oito anos nas sombras da Ditadura do Estado Novo.

Delas, sairíamos por outro movimento armado, a 29 de outubro de 1945, quando se juntaram nas mesmas suspeitas de continuísmo ditatorial, as forças de oposição e o candidato do Governo, que tutelara com a autoridade de Ministro de Guerra, o regime ditatorial.

A fórmula amadorística e eivada de excessivo formalismo da entrega do Governo ao Poder Judiciário, para executar, na mágica de dois meses, a transição democrática, não podia gerar outra consequência: a máquina do governo decidiu, nas urnas aparentemente livres, a vitória dos grupos que longamente dominavam o poder em todos os seus níveis.

O governo Dutra poderia ter exercido o papel histórico de reimplantador da Democracia. Mas, preso aos interesses dos que o elegeram, assistiu passivamente a volta, pelo voto, de Vargas que, como chefe militar, sustentara por oito anos e de pusera numa hora.

Vargas, mesmo consagradoramente eleito, não controlou o poder, e ao sentir que as Forças Armadas novamente o tomavam, escolheu o suicídio como trágica fórmula de protesto e renúncia.

Faltou ao seu substituto, Presidente Café Filho, igualmente, a perspectiva histórica, e em vez de consolidar as mudanças sociais e políticas, ansiadas e frustradas pela República de 89, de 30 e de 45, submeteu-se ao jogo convencional de interesses políticos imediatistas, e de novo, o poder civil rendeu-se à decisão militar.

Nem mesmo o período subsequente do governo Kubitschek escapou às sortidas militares, felizmente vencidas pela sensibilidade do Presidente da República, que desviou as atenções do País para os sonhos de crescimento econômico e a mágica estonteadora de Brasília, plantada no deserto esquecido.

Jânio foi a resposta improvisada de insatisfações populares acumuladas pelo processo concentrador do crescimento econômico, mas o seu inegável carisma não resistiu às pressões das forças tradicionais, e até hoje, a História, desajudada pelo seu silêncio, não sabe se saiu porque não soube ficar ou se saiu para voltar e não pôde. Naquela hora, dentro de uma crise militar, foi possível, apenas, evitar o caos institucional, e talvez, o derramamento de sangue ao implantarmos a experiência parlamentarista mais original: teria que funcionar combatida pelo Presidente ressentido com a perda de poderes, e pelas mãos emprestadas de um ministério convictamente presidencialista. Houvéssemos então cuidado da Consolidação do Regime Parlamentarista talvez tivéssemos escapado do desenlace de 1964, que submeteu a Nação ao domínio militar por 20 anos, e ainda com um golpe interno em 1969.

TRANSIÇÃO PACÍFICA

Após tudo isso, consolidamos, há dois anos, a experiência pluripartidária, com reconhecimento legal até de partidos com crônica vivência da clandestinidade; o realismo eleitoral; a eliminação de instrumentos imediatistas como a sublegenda e a proibição de alianças; a concessão do voto ao analfabeto; o clima de absoluta liberdade para a propaganda das idéias políticas. Jamais este País conheceu eleição mais livre do que a de 1986.

No plano social, a organização de centrais sindicais, as milhares de greves sem prisões, sem violência, sem intervenções, a criação do seguro-desemprego e a ten-

tativa para assegurar, em nova legislação especializada, a autonomia e a liberdade sindical.

E, no plano global, uma Constituinte funcionando, com a presença de todas as tendências ideológicas e doutrinárias. O momento atual, além de assegurar a rápida consolidação das instituições democráticas, confere ao Brasil um troféu muito especial no mundo contemporâneo: o da vitória completa sobre a ditadura de 20 anos, sem ter, nas cadeias, um único preso político, sem ter, no estrangeiro, um único brasileiro exilado, e o esforço comum, para, sob a inspiração da anistia política e espiritual, reencontrarmos para o povo os caminhos da paz e da prosperidade e dos destinos desta Nação.

TRANSIÇÃO EM OUTROS PAÍSES

Olhemos em torno. Qual foi a Nação, neste século que fez uma transição da Ditadura para a Democracia e tão baixo custo político e social? Qual o povo que retomou a liberdade sem graves traumas nacionais? O preço que estamos pagando, e a História sempre cobra seu preço, é muito menor do que pagaram, e alguns ainda pagam, tantos povos irmãos, mais antigos, experimentados e até mais adiantados do que nós.

Estão aí nossos queridos vizinhos, Argentina e Uruguai, ainda agora tentando cicatrizar profundas seqüelas militares. Está lá, nosso velho Portugal, que nos ensinou a língua una, a fazer cidades belas, e, para acabar com o Salazarismo, teve que socorrer-se de um golpe militar que traumatizou a redemocratização, a ponto de precisar encarcerar, até hoje, alguns dos principais líderes da Revolução dos Cravos.

A GRANDE LIÇÃO DA ESPANHA

E a Espanha libertária, massacrada pelo franquismo? Sangra, ainda agora, na inconformidade do terrorismo. E é autora de uma primorosa criação da sabedoria política, os Pactos de Moncloa, sobre os quais tanto mais se fala quanto menos se conhece. É comum, totalmente infundado, dar-se a impressão de que os Pactos de Moncloa foram acordos apenas para negociar a transição entre o franquismo e a redemocratização.

A transição espanhola foi um ato político dos dirigentes da Espanha logo depois da morte de Franco, em 1975. Ao assumir, em novembro de 75, o Rei Juan

Carlos, nomeado por Franco e aceito pelos partidos, que retiraram de seus programas seculares o compromisso do regime republicano, para adotar a restauração da monarquia e permitir a transição. Fixou-se um programa: "Nosso futuro se baseará em um efetivo consenso de concórdia nacional". A primeira coisa que fez foi substituir o primeiro ministro Arias Navarro, da linha dura do franquismo, e entregar a chefia do Governo a Adolfo Suarez, que tinha sido presidente do partido franquista, mas havia feito a opção da transição.

Suarez chamou todas as forças políticas, inclusive às ilegais, comunistas, socialistas, os democratas cristãos da Opus Dei, a direita de Fraga Iribarne e uniu a Espanha para a Constituinte, cujas eleições só foram realizadas quase dois anos depois, em 20 de julho de 77. O professor espanhol Carlos Huneus, em estudo excelente sobre a "Transição para a Democracia na Espanha", lembra que a "a estratégia da mudança política na Espanha foi definida por seus protagonistas como a política do consenso".

E mais: — "A oposição estava disposta a negociar a mudança política, abandonando sua tese de ruptura por uma estratégia de regulação do conflito, que desse participação a todos os setores através de seus respectivos partidos políticos. Desde 75, os objetivos principais da oposição

eram dois: legalização de todos os partidos políticos e adoção de um sistema eleitoral que assegurasse uma competição eleitoral livre e ampla. A ampla maioria dos espanhóis estava aberta a uma política de consenso em vez de uma política de confronto, que só servia para reviver os traumas do passado. Essa disposição para a colaboração, na base social, serviu à política de compromissos a nível das elites. Um elemento institucional fundamental na transição para a democracia na Espanha foi o papel desempenhado pelos partidos políticos. Através de sua disposição para a negociação e o compromisso, cumpriram um papel decisivo na nova democracia".

Tudo isso, dizemos nós, apesar de terem atrás de si um milhão de mortos assassinados numa trágica guerra civil.

O Brasil, pela sabedoria política de Tancredo Neves, continuada pela fidelidade do Presidente Sarney aos compromissos da Aliança Democrática, chegou à redemocratização sem maiores custos.

A Espanha se mobilizou, durante todo o ano de 76 e até junho de 77, para a Constituinte. Então não havia crise lá? Havia, sim, e gravíssima. Havia recessão, inflação galopante, desemprego, greves, terrorismo, bombas e mortos nas ruas. Mas nada disso, que era conjuntural, afastou a Espanha do principal, a Constituinte.



OS PACTOS DE MONCLOA

Feitas as eleições parlamentares, ganhou a União do Centro Democrático, de Adolfo Suarez, que era a Aliança Democrática de lá. A Espanha começou a discutir a Constituinte, numa crise terrível. E só então, quatro meses depois das eleições, que ele ganhou, como o Presidente Sarney e a Aliança Democrática ganharam aqui, aliás em maior escala, é que Adolfo Suarez, legitimado pelas urnas, como Sarney e a Aliança Democrática foram legitimados aqui, convocou os partidos políticos para discutirem os Pactos de Moncloa, em outubro de 77; os primeiros assinados apenas entre todos os partidos, os demais pelas lideranças dos empresários e trabalhadores. É uma gigantesca obra de engenharia política e social para enfrentar a crise, que resultou em 37 volumes de textos e numa política econômica-social que baixou a inflação, diminuiu o desemprego e equilibrou a balança de pagamentos, através de muitas concessões de parte a parte: limitação dos aumentos de salários, desvalorização da moeda, contenção dos lucros, congelamento de preços e medidas monetárias restritivas, integrando todas as correntes políticas na execução e responsabilidade pela política econômica, fazendo com que todas compartilhassem dos custos da crise econômica.

No segundo semestre de 78, ficou pronta a Constituição da Espanha. Adolfo Suarez e o Centro Democrático, que havia ganhado as eleições em junho de 77, depois de um ano e meio de exercício do poder, continuaram no governo até as eleições de 1981, portanto, seis anos, um ano e meio sem mandato eleitoral e mais quatro concedidos pelas urnas.

Promulgada a Constituição em 78, ninguém imaginou precipitar a saída do Governo do Centro Democrático, que assumira a responsabilidade da transição e havia ganhado as eleições parlamentares de 77, apenas por maioria relativa, pois não fizera cinquenta por cento dos votos apurados. As forças políticas reorganizadas entendiam maduramente que a transição não se encerrava com a promulgação da carta básica da Nação.

Tancredo Neves, o construtor da Nova República, nos deixou a lição que não deve ser esquecida:

“As Constituições não são obras literárias nem documentos filosóficos. A Constituição é uma Carta de compromissos assumidos livremente pelos cidadãos.



A lei deve ser a organização social da liberdade”.

ERROS DE IMEDIATISMO

Lembre-mos do erro de 1946. Ali imaginamos que a Constituição, expressão fecunda das aspirações de nossas elites, se bastava a si mesma. E entregamo-la à espúria convivência com uma legislação ordinária quase toda ela outorgada nos dois ciclos dotatoriais: 1930 — 1934, 1937 — 1945, e essa dicotomia ainda conduzida no governo, pelas mesmas forças que se acomodavam, sem rigores de coerência, ora num regime, ora noutro. As próprias leis complementares, previstas no texto constitucional, se foram perdendo no tempo, entre as delongas da elaboração legislativa.

Aqui, certos grupos políticos tentam, neste instante, comprometer de novo, a magnitude e a duradoura fecundidade da Constituição que se elabora, submetendo-a e com ela a grave, delicada e importante tarefa da transição democrática, às emoções conjunturais da hora política e econômica, como formas de governo, mandatos políticos, exercício do poder, pudessem travestir-se, a cada momento, em função de um ato administrativo, de uma posição política, do maior ou menor grau de popularidade que, na oscilação habitual, enfrentam os governos.

A CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA

É preciso ter a consciência do grande momento histórico que vivemos. Num século, entre quase uma dezena de intervenções militares, é esta a fascinante experiência da transição para a Democracia pelo processo político, sem violência, sem prisões, sem exílios, sem suspensão de direitos dos cidadãos. Não podemos perdê-la pela inexperiência de alguns, pelas ambições de outros, pela falta de perspectiva e grandeza de tantos.

A Constituinte precisa ser o grande salto para o Brasil chegar, através dela, depois dela, ao grande compromisso nacional da Democracia.

Vamos discutir. Vamos analisar nossos erros e nossos acertos. Vamos conhecer as experiências de outros países, também seus acertos e seus erros. Vamos encontrar o melhor caminho. Que não será iluminado pelas paixões momentâneas ou sentimentos sectários ou personalistas. Mas, certamente o será, pela profunda consciência de que as gerações que nascem e crescem, à espera de nossa herança, vão nos cobrar, pelo menos, o sentimento de que trabalhamos para fazê-las mais felizes, e, por isso, não precisaremos pedir o perdão da História.